

Senado vota hoje MP do Microcrédito, diz Renan

O projeto que altera a medida provisória sobre microcrédito será votado hoje em Plenário, segundo afirmou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Mudanças na MP foram acertadas entre governo e oposição. A pauta, que está trancada por medidas provisórias, poderá ser liberada.

Página 3



CONCLUSÃO Entre Demostenes Torres e Flexa Ribeiro, Ana Júlia Carepa preside comissão externa do Senado que acompanhou apuração no Pará

Comissão Dorothy Stang decide sobre relatório

Deve ser votado hoje o relatório da comissão externa que acompanha as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana.

Página 6

AUDIÊNCIA NO SENADO



PUJANÇA Entre Tasso Jereissati (E) e Leonel Pavan, o ministro Mares Guia afirma que o turismo tem potencial para crescimento rápido

Brasil é o país da moda na Europa, afirma ministro

O Brasil está na moda, principalmente na Europa, e tende a se converter em um dos principais pólos de atração turística. A avaliação é do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, que compareceu ontem à noite à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no Senado, para discutir os programas do governo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao recorrer às metas do Programa Nacional de Turismo, o ministro forneceu aos senadores projeções que poderiam, em sua opinião, demonstrar o vigor dessa indústria moderna. Pelos números do governo, o Brasil é o 31º país em turismo receptivo. Dos 770 milhões de pessoas que saíram de seus respectivos países, somente 4,8 milhões (menos de 1%) tiveram o Brasil como destino. Para o ministro, esses modestos resultados podem crescer rapidamente.

Vários senadores participaram do debate, entre eles Tasso Jereissati, Antonio Carlos Magalhães, José Agripino, Patrícia Saboya, Garibaldi Alves, Fernando Bezerra, Mozarildo Cavalcanti e Leonel Pavan. Em suas intervenções, todos eles demonstraram a necessidade de se ampliar a segurança para que o turismo possa crescer.

MP DOS IMPOSTOS

Correção da tabela do IR fica indefinida



DIÁLOGO O ministro Palocci (entre Aloizio Mercadante e Renan Calheiros) chega ao Senado para audiência pública sobre a política econômica

Governo e oposição não chegam a acordo para rejeitar a Medida Provisória 232. Definição deve sair hoje

A medida provisória que reajusta a tabela do Imposto de Renda e, ao mesmo tempo, eleva a carga tributária de alguns setores da economia deve ter sua votação final hoje na Câmara. Ontem, a própria base governista decidiu rejeitar a MP, mas a oposição apresentou requerimento para votar a matéria por grupos de artigos, de forma a preservar o reajuste da tabela do IR. Os governistas, que desejam propor esse aumento em projeto de lei, decidiram obstruir a votação, que ficou adiada para hoje, às 14h.

PALOCCI DEBATE CARGA TRIBUTÁRIA

Durou mais de seis horas o debate do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, com os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Palocci disse que houve redução de impostos no governo

Lula, mas não convenceu a oposição. O ministro destacou a necessidade da reforma tributária.

Páginas 4 a 6



METRÔ Segundo César Borges, governo praticamente interrompeu fluxo de verbas para o projeto

César Borges faz homenagem a Salvador

A passagem do aniversário da cidade de Salvador foi tema do discurso do senador César Borges (PFL-BA) ontem, quando a capital baiana comemorou 456 anos. Ele falou da importância histórica da cidade e cobrou do governo providências acerca da construção do metrô.

Salvador foi fundada em 1549 por Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil. A cidade conservou-se como capital da colônia até 1763, quando a sede do governo passou para o Rio de Janeiro.

César Borges enalteceu as administrações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) como prefeito de Salvador e como governador da Bahia, atribuindo-lhe a modernização da cidade e a recuperação do seu patrimônio histórico.

O senador ressaltou que o crescimento rápido da capital gerou desajustes, que vão sendo corrigidos. Ele citou o Programa Bahia Azul, que reduziu problemas locais de saneamento básico. Mas lamentou que o transporte público ainda seja deficiente e cobrou do governo federal a conclusão das obras do metrô. Segundo César Borges, as verbas foram praticamente suspensas pelo governo Lula.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Agenda

Microcrédito pode ser votado hoje

Os senadores devem deliberar, na sessão plenária de hoje, prevista para as 14h, sobre o projeto de conversão (PLV 01/05), originado de medida provisória, que trata do Programa Nacional de Microcrédi-



to Produtivo Orientado (PNMPO). A MP do Microcrédito, como é chamada, tranca a pauta de votações da Casa há algumas semanas, mas foi anunciado acordo que deve permitir a votação da matéria.

Presidente tem agenda cheia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe o deputado alemão Michael Glos, às 10h; os ministros do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, às 10h30; e da Educação, Tarso Genro, às 11h. Às 11h30, ele será condecorado com a Medalha da Ordem do Mérito Militar; às 12h, participa de almoço no Comando do

Exército; às 14h, reúne-se com parlamentares do PFL, PT, PSDB e PMDB para tratar da reforma política; às 15h50, conversa com os governadores do Ceará, Bahia, Maranhão e Tocantins; às 18h30, recebe o embaixador italiano Michele Valensise; e, às 19h, o delegado José Carlos Weber.

Diplomas de Medicina de faculdades cubanas

O ministro da Educação, Tarso Genro, explica à Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, a decisão de validar automaticamente no Brasil os diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba. O ministro discute ainda o reconhecimento dos médicos cubanos que trabalham no Brasil.



Patrus Ananias fala à CAS

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, visita a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. Em seguida, o colegiado promove audiência pública para discutir projeto que fixa em 20 kg o peso máximo que um empregado pode carregar individualmente. Entre os convidados, os presidentes da Confederação

dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos; e da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Lírio Guterra. O colegiado analisa ainda outras nove propostas.



Reforma agrária em pauta

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que se reúne às 10h, discute as ações de reforma agrária implementadas na região amazônica. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, participa do encontro, quando deve falar ainda sobre os conflitos de terra na área.

Investigações de paternidade

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, discute projeto que define como competência da vara da família as investigações sobre paternidade de filhos fora do casamento (PLS 191/04). À mesma hora, haverá reunião para instalação da comissão mista que discute o Orçamento.

Reunião reservada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza, às 9h30, reunião reservada com o presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães, para comentar o balanço da instituição referente ao primeiro trimestre de 2005. Às 9h, a Comissão Dorothy Stang também realiza reunião reservada.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PROGRESSO Maguito tem projeto, já aprovado no Senado, criando a Universidade do Sudoeste Goiano

Maguito registra os 25 anos da UFG em Jataí

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) registrou em Plenário, ontem, a passagem dos 25 anos do *campus* da Universidade Federal de Goiás (UFG) em Jataí. Ele informou que mais de dez cursos são oferecidos pela instituição nesse município, "um dos maiores produtores de grãos do país".

Depois de assinalar a importância daquela unidade de ensino, Maguito lembrou ter apresentado projeto, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, que transforma o *campus* de Jataí na Universidade do Sudoeste Goiano. Outro projeto de sua autoria fixa um *campus* da UFG em Catalão.



MÉRITO Prêmio, segundo Flexa Ribeiro, destaca contribuição do jornal ao desenvolvimento do Pará

Flexa Ribeiro felicita dono de O Liberal

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cumprimentou o empresário Rômulo Maiorana Júnior, presidente executivo das Organizações Rômulo Maiorana, por ter sido indicado para receber o prêmio Mérito Lojista 2005, conferido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O empresário foi contemplado com o mérito mídia/jornal, em virtude da contribuição do jornal *O Liberal* para o desenvolvimento cultural e econômico do Pará. Em aparte, o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) associou-se à homenagem.

José Cruz



LICITAÇÃO Hélio Costa (E): critérios utilizados para TVs especializadas em educação devem ser os mesmos exigidos para as emissoras comerciais

Concessão para educativas só com quitação de débitos

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Hélio Costa (PMDB-MG), comunicou ontem que deverá apresentar proposta para exame dos projetos de decreto legislativo relacionados ao funcionamento de emissoras de televisão de caráter educativo. O senador sugere que as instituições que concorrem a um canal com essa característica estejam em dia com suas obrigações com a Previdência Social e a Receita Federal.

Hélio Costa observou que, no caso de licitação para emissoras de caráter comercial, as candidatas ao canal têm que apresentar todos os docu-

mentos de quitação. Para ele, é importante estender a obrigatoriedade às concorrências para as TVs educativas.

– No caso das educativas, elas não podem ser um instrumento político. Acho que, havendo esse compromisso de estar em dia com as obrigações, já vamos diminuir bem a insistência com que esses projetos chegam aqui. Nas TVs comerciais, até para renovar, a exigência de apresentação de documentos de quitação de débitos é necessária. Tenho certeza de que, se colocarmos a exigência para as educativas, não vamos aprovar alguns processos – afirmou Hélio Costa.

Comissão vai ouvir Anatel sobre ação de fiscais no DF

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) para realização de audiência pública com o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral, para prestar esclarecimentos sobre ação de fiscalização de dois agentes da instituição na sede da TV Comunitária de Brasília.

Na justificativa do requerimento, a ação dos agentes tinha como finalidade “uma ação preliminar” e solicitar cópias de programas da emissora. Segundo o senador, quando questionados sobre a legitimidade do ato, os agentes informaram não ter nenhum documento determinando a ação e demonstraram total desconhecimento sobre o funcionamento das TVs comunitárias.

MP do Microcrédito será votada hoje, afirma Renan

■ Presidente do Senado informa que lideranças ainda negociam acordo com a relatora Ideli Salvatti

O projeto que modifica a Medida Provisória do Microcrédito será votado impreterivelmente hoje, conforme anunciou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ao ser aberta a ordem do dia, ele informou que os líderes dos partidos ainda estavam em entendimento com a relatora do projeto, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), com vistas a um acordo em torno da matéria.

Como as medidas provisórias que já tiveram seu prazo de apreciação esgotado trancam a pauta, as demais matérias não puderam ser apreciadas, ficando também transferidas

para esta quarta. Por meio do PLV 1/05 fica instituído o programa do microcrédito no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre o que se convencionou chamar de “microempreendedores populares”. São pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento. O programa será abastecido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da parcela das reservas bancárias destinadas a utilização em microcrédito.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), confirmou o acordo, que, segundo ele, depende apenas de alguns detalhes técnicos. Ele mencionou o apelo do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que pediu boa vontade da oposição na análise dessa

matéria.

De acordo com o senador José Agripino (PFL-RN), a mudança mais importante a ser feita na medida provisória diz respeito à instituição de controles para evitar desvio de recursos repassados a organizações não-governamentais autorizadas a fazer os empréstimos. Agripino lembrou o caso da Ágora, ONG acusada de desviar recursos públicos, justamente do FAT, destinados a treinamento de mão-de-obra.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que estuda a MP e mantém negociações com a relatora, também teria acenado com a possibilidade de um acordo.

Juntamente com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Jereissati redigirá as emendas definitivas a serem incorporadas ao projeto, segundo informou José Agripino.

Se emendas forem aceitas, PFL vota a favor, diz Agripino

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse ontem que o seu partido votará a favor da Medida Provisória 226/04, que institui o programa de microcrédito, desde que a relatora da matéria, Ideli Salvatti, acolha as emendas que o PFL e o PSDB vão apresentar.

O senador criticou aspectos do programa, dizendo que o microcrédito já vem sendo operado desde junho de 2003, a partir da medida provisória que instituiu o Banco Popular. Para ele, o governo inventou um outro banco para ser o braço do Banco do Brasil nas operações de crédito.

– Este Banco Popular apre-

senta resultados horrorosos, absolutamente indesejáveis: dos R\$ 92 milhões que recebeu do Banco do Brasil para conceder empréstimos, gastou R\$ 25 milhões com publicidade – protestou o senador.

O governo diz, no entanto, que o Banco Popular foi criado para permitir a inclusão da população de baixa renda no sistema bancário e não para financiar o crédito produtivo para microempreendedores, como é o caso do programa do microcrédito, afirmou.

Para o líder do PFL, o governo, que vem de duas experiências malsucedidas nessa área, “deve tomar cuidado”.



Roosevelt Pinheiro

ANÁLISE Agripino critica aspectos do programa, dizendo que microcrédito é operado desde 2003

De acordo com o programa, o microcrédito não será mais operado pelos bancos e sim por meio de cooperativas e ONGs, que podem até comprar carteira de empréstimo utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, concluiu.

Célio Azevedo



DEBATE Tarso Genro também deverá discutir com senadores modelos de financiamento da educação

Tarso Genro explica em audiência pública registro de diplomas

O ministro da Educação, Tarso Genro, participa hoje, às 11h, de audiência pública na Comissão de Educação (CE). Ele prestará esclarecimentos quanto à adoção do rito sumário no registro dos diplomas de médicos brasileiros formados em Cuba e sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil. Os requerimentos para a audiência são

de autoria dos senadores João Ribeiro (PFL-TO) e José Agripino (PFL-RN).

Na audiência pública, o ministro também deverá debater os modelos de financiamento da educação, conforme requerimento do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) aprovado ontem pelo colegiado.

A CE também aprovou parecer favorável ao projeto de lei (PLS 239/04) que determina

o tombamento de túmulos onde se encontram os restos mortais de ex-presidentes da República. A matéria, de autoria do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), foi relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), segundo o qual os mausoléus dos ex-presidentes constituem um testemunho histórico de “inquestionável relevância”.

A comissão aprovou também o projeto de lei que institui o

Dia Nacional da Alimentação, a ser comemorado em 16 de outubro. O projeto servirá para conscientizar o poder público e a sociedade brasileira da importância do combate à fome e à desnutrição, de acordo com o autor da matéria, senador Maguito Vilela (PMDB-GO). De acordo com Maguito, o Dia Mundial da Alimentação é celebrado desde outubro de 1981 em mais de 150 países.

AUDIÊNCIA

Palocci debate com os senadores por mais de seis horas, mas não convence opositoristas de que o governo Lula reduziu a carga tributária. Ministro da Fazenda destaca preocupação com o déficit da Previdência

Para oposição, impostos não diminuíram

Em mais de seis horas de debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, não convenceu os opositoristas de que houve uma diminuição do peso dos tributos sobre a sociedade brasileira no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na parte final da audiência, em resposta ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), ele disse que o desejo do governo é promover uma curva descendente da carga tributária, mas que não podia assumir um compromisso de curto prazo, considerando que não ultrapassar a marca atual já é um "bom começo".

Palocci apresentou um quadro comparativo da carga tributária com o produto interno bruto (PIB) desde 1997, sustentando que em 2002, último ano da gestão de Fernando Henrique, essa relação era de 16,34%. No ano seguinte, ela caiu para 15,61%, subindo em 2004 para 16,2% do PIB. (Ver gráfico)

Jereissati criticou os critérios adota-



dos, lembrando que 2002 foi um ano excepcional, quando se cobrou imposto de renda dos fundos de pensão, arrecadando R\$ 18 bilhões ou o equivalente a 1,4% do PIB. O senador afirmou que essa é uma receita que não se repete e que, portanto, distorce os dados daquele exer-

cício, que não pode ser usado como base de comparação. E sugeriu que a relação seja feita com os três anos anteriores (1999 a 2001), o que evidencia o aumento da carga tributária no governo Lula.

O ministro da Fazenda discorreu sobre os êxitos obtidos na política econômica.

Ele informou que a decisão de não renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional foi tomada em setembro de 2003, quando o governo anunciou essa intenção em função das projeções macroeconômicas.

Palocci apontou o déficit da Previdência entre as preocupações centrais do governo e pediu apoio do Senado ao novo ministro, o senador licenciado Romero Jucá, que se comprometeu a reduzir o saldo negativo de R\$ 40 bilhões para R\$ 32 bilhões, o equivalente a 1,6% do PIB. Palocci relacionou os projetos de lei prioritários para o governo e quer apoio para apressar a votação de alguns deles, entre os quais o do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) relativo ao parcelamento das dívidas tributárias de empresas em processo de recuperação. A regulamentação da nova Lei de Falências, segundo ele, deverá estar concluída daqui a dois meses e não poderá sair do papel se o projeto de Fernando Bezerra não estiver aprovado.

Reforma tributária e taxa de juros mobilizam senadores

Na audiência pública com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores foram incisivos em questões que atingem diretamente a economia brasileira. O senador César Borges (PFL-BA), autor do requerimento que solicitou a presença do ministro, pontuou questões como o aumento da carga tributária e da dívida e a queda nos investimentos.

Para o senador, existem visões díspares na sociedade brasileira, e os números apresentados pelo ministro durante a audiência não convencem. "O governo aumenta a carga tributária para utilizar os recursos em despesas de custeio", afirmou.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou a importância de se implementar a reforma tributária, caracterizando-a como uma tarefa fundamental para o país enfrentar os problemas e dar continuidade ao processo de crescimento da economia.

– Podemos ter turbulências internacionais. Para estarmos imunes a elas, temos que trabalhar na aprovação da reforma tributária – observou Mercadante.

O ministro concordou que o Brasil não pode mais correr o risco de adiar a reforma tributária e frisou que o Senado tem papel fundamental nesse processo.

Já o senador Almeida Lima (PSDB-SE) disse que o ministro ressaltou a "pujança" do Estado, quando a realidade é diferente. O senador assinalou que o nível de satisfação da população está baixo

devido à carga tributária abusiva.

Para o ministro da Fazenda, a carga tributária imposta ao consumidor é adequada quando há contrapartida em educação e saúde e permite a desoneração de bens de primeira necessidade, como o arroz.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), manifestou preocupação com a paralisação da produção industrial, o aumento dos gastos públicos e a queda dos preços das *commodities* no exterior, a exemplo da soja e do milho. Para o parlamentar, o caminho é buscar a sustentabilidade econômica atrelada à taxa de inflação mais próxima de zero.

O Brasil tem dois graves problemas a resolver: a carga tributária elevada e os juros, que vêm inviabilizando negócios e achatando ainda mais a renda dos assalariados e trabalhadores, destacou o senador José Agripino (RN), líder do PFL.

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), cobrou providências para o problema da falta de compensação do ICMS para as empresas exportadoras.

Palocci explicou que o governo federal está começando a dialogar com os governadores com o objetivo de resolver de vez a questão dos prejuízos de empresas no processo exportador.

Em resposta ao senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Palocci assegurou que o Ministério dos Transportes dispõe de R\$ 4 bilhões para a recuperação das estradas e que as parcerias público-privadas irão permitir a viabilização de projetos que terão o apoio do BNDES.



ESPERA Governo não pode assumir o compromisso de reduzir a carga tributária de imediato, afirma Palocci (à esquerda, ao lado de Luiz Otávio, Renan Calheiros e Romeu Tuma)

O que disse o ministro:

Equilíbrio fiscal

O equilíbrio fiscal é essencial para o crescimento do país, segundo o ministro, que apresentou gráfico de evolução da taxa de câmbio, ressaltando que "está num nível adequado" e que as exportações se aceleraram.

Gastos públicos

A evolução das despesas do governo central é razoável se for considerada a evolução do PIB.

Banco Central

É necessário melhorar o marco regulatório, reformar o sistema de defesa da concorrência e conceder autonomia ao Banco Central. "Os maiores ganhos dos países que têm Banco Central independente são uma efetiva queda nas taxas de juros e a redução da probabilidade de crises cambiais."

Unificação do ICMS

Não é possível criar sistemas de compensação a eventuais perdas dos estados causadas pela unificação das taxas do ICMS sem que se cumpra a

legislação até o final.

Taxas de juros

Pode haver diálogo do Senado com os membros do Copom sobre o que orienta o comitê. É legítimo e procedente um debate sobre as taxas de juros.

Orçamento

O Orçamento hoje é quase 90% vinculado; o contingenciamento é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o Ministério da Fazenda não indica quais programas devem ser contingenciados.

Fundo de compensação

Está sendo estudada uma proposta para a implementação do fundo de compensação das exportações. "É um problema importante que causa prejuízo a estados e empresas. A reforma tributária também vai poder avançar em relação a esse aspecto."

Ano eleitoral

Em 2004, no período eleitoral, o Copom aumentou os juros duas vezes. As decisões corretas têm de ser tomadas.

IMPOSTOS

Presidente do Senado afirma, durante ato na Confederação Nacional da Indústria, que é seu papel "dizer ao presidente da República que não dá mais para aceitar medida provisória sobre matéria tributária, nem elevar a carga dos impostos"



MUDANÇA Leonel Pavan observa que o combate à contribuição era uma bandeira de Lula para se eleger

Pavan critica a manutenção da alíquota da CPMF

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou em Plenário a permanência e o valor da alíquota (0,38%) da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira (CPMF).

– O problema é que o que seria provisório transformou-se em definitivo – comentou. A perpetuação do tributo e a fixação da “maior alíquota possível” não são, entretanto, as únicas queixas de Pavan. O parlamentar protestou ainda contra a “mudança” de posição do presidente Lula em relação à CPMF e contra o desvirtuamento da destinação original de sua arrecadação.

Segundo Pavan, o presidente Lula combatia a CPMF, que chamava de “imposto cruel”, quando estava na oposição. “Essa era, inclusive, uma bandeira de Lula para se eleger”, acrescentou.

– A CPMF tirou quase R\$ 30 bilhões da população em 2004, mas só R\$ 10 bilhões foram aplicados em saúde – informou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apoiou o pronunciamento do representante catarinense.

Renan é contra uso de MP para fixação de tributos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem, em discurso na Confederação Nacional da Indústria (CNI), que a MP dos Impostos é “o exemplo mais eloqüente” de que o governo não pode continuar a legislar sobre matéria tributária através de MPs.

– O Senado precisa colaborar, e está colaborando, e eu creio que é meu papel dizer ao presidente da República que não dá mais para aceitar edição de medida provisória para tratar de matéria tributária, e não dá mais para elevar a carga.

Segundo Renan, as medidas provisórias são “atos repentinos”, e não podem ser utilizadas para fixar “tributos regidos pela perspectiva da permanência”. A MP 232 seria “um bom exemplo dessa deformação”, afirmou.

– Além disso, as medidas provisórias apequenam o Con-



DISTORÇÃO Renan lamenta que, com a edição de MPs, governo legisla mais que o Congresso

gresso e abarrotam a pauta, fazendo com que o Executivo legisle mais que o Legislativo.

O senador defendeu a imediata aprovação da reforma tributária e enfatizou a necessidade de se dar exemplo no controle efetivo dos gastos públicos.

– Se não colocarmos racionalidade nisso, se não fizermos economia, vamos ter como consequência o aumento de tributos, o que não pode mais acontecer. Quem estabelece o limite da carga tributária é a sociedade, e não há mais dúvida de que a sociedade já esgotou, já chegou ao limite.

O discurso, feito durante o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2005, também

foi muito aplaudido quando Renan anunciou que apresentará “um pacote de propostas concretas contra o feudo do cartorialismo do Estado”. Os excessos da burocracia afetam o desenvolvimento do setor produtivo e afugentam capitais, disse.

Eduardo aponta solução para manter reajuste da tabela do IR

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apresentou solução para manter o dispositivo do texto da MP dos Tributos que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. O senador disse que o relator da MP na Câmara, deputado Carlito Merss (PT-SC), poderia emitir parecer pela inadmissibilidade da proposição e concluir pelo oferecimento de nova proposta.

– O novo texto manteria o reajuste da tabela. Isso pode ser feito ainda nesta terça-feira. A Câmara aprovaria a manutenção e, em dois ou três dias, o

texto seria aprovado no Senado, já que essa é a vontade da Casa – explicou o senador.

A rejeição integral da medida (MP 232) impediria o reajuste que recompõe, pelo menos em parte, as perdas acumuladas dos contribuintes que sofrem desconto na fonte, observou.

Eduardo lembrou que solução semelhante foi adotada durante a tramitação da proposta de reforma da Previdência Social, quando o relator no Senado, Tião Viana (PT-AC), separou dispositivos polêmicos do texto principal, garantindo a aprovação dos pontos sobre os



FÓRMULA Segundo Eduardo Siqueira Campos, o relator deveria oferecer um novo texto para garantir a correção

quais havia consenso.

– Não há quem seja contra o reajuste da tabela do Imposto. Temos uma oportunidade espetacular. Se esse é realmente o desejo do governo, vamos fazer isso e depois discutiremos o restante das propostas contidas na medida provisória.



CONSTATAÇÃO Para Osmar Dias, se o país está mesmo crescendo, não é preciso aumentar tributação

Osmar sugere urgência para correção

Ao comentar a desistência do governo de aprovar a MP dos Impostos, o senador Osmar Dias (PDT-PR) endossou a proposta do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), que sugeriu a apresentação de projeto de lei mantendo a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física. A medida provisória também amplia a carga tributária das empresas prestadoras de serviço e do setor agrícola, o que provocou a resistência de entidades empresariais e associações de classe.

Osmar fez apelo ao líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), e ao líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), para que trabalhassem no sentido de que o projeto tramite em caráter de urgência nas duas Casas.

O senador também comentou o otimismo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em relação ao crescimento do país, durante a audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. “Se os índices de crescimento apresentados pelo ministro forem comprovados, o país não precisará mais aumentar a carga tributária”, acrescentou Osmar Dias.

Governo promove uma verdadeira derrama, diz Virgílio

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), comemorou ontem, em discurso no Plenário, o fato de o governo federal ter desistido de aprovar a medida provisória que dispõe sobre impostos. Ele criticou o governo federal pelo aumento de impostos e pelo peso dos tributos cobrados da população brasileira.

– O presidente Lula assumiu o governo prometendo desonerar a produção e o trabalho. No entanto, ele chega à metade do mandato promovendo uma verdadeira derrama – disse Virgílio.

A MP 232 foi editada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 30 de dezembro de 2004. Por meio dela, a tabela

do Imposto de Renda (IR) é reajustada em 10%. Além disso, a medida promove o aumento do IR cobrado dos produtores rurais de 1% para 1,5% e passa de 32% para 40% a base de cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos prestadores de serviços.

Virgílio informou que o deputado Carlito Merss, relator

da matéria, ofereceria parecer pela rejeição da MP. O senador observou que essa foi a saída encontrada pelo governo federal para evitar uma derrota no Congresso. Virgílio sugeriu que o deputado Carlito Merss rejeitasse a medida provisória, mas apresentasse um projeto de lei contendo apenas a correção da tabela.



EFEITO Arthur Virgílio alerta para aumento de impostos e peso da carga tributária sobre população

IMPOSTOS

Gastos explicam aumento de tributos, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que o aumento da carga tributária deve ser relacionado ao crescimento dos gastos do governo. Ela lembrou que a edição da Medida Provisória 232/04 – que aumenta a tributação sobre prestadores de serviços e produtores rurais – ocorreu ao mesmo tempo em que a imprensa divulgava a elevação dos gastos federais.

Segundo a senadora, as despesas com o custeio da administração direta autárquica e fundacional, em 2004, sem considerar os gastos com pessoal, cresceram 25% em relação a 2003, passando de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 13,1 bilhões. Os dispêndios que mais cresceram, prosseguiu Lúcia Vânia, foram com obras e instalações (63%), passagens aéreas (36%), material de consumo (39%) e diárias (25%).

Lúcia Vânia disse que o governo, ao mesmo tempo em que desmonta programas sociais, não consegue combater a criminalidade e a violência nos quatro cantos do país. Ela citou a morte da missionária norte-americana no Pará como um dos exemplos.

É na Presidência da República, segundo a senadora, que fica mais evidente a “irresponsabilidade do governo” com relação ao aumento dos gastos com custeio. Em 2004, tais despesas aumentaram em 60% em comparação a 2003. Os dispêndios que mais cresceram foram os relativos a obras e instalações (1.087%),

Reajuste da tabela do IR deve ter decisão hoje na Câmara

Arejeição da medida provisória que aumenta a carga tributária de pequenos empresários e prestadores de serviços, além de reajustar a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, acabou se tornando um momento de confronto entre governo e oposição ontem à noite na Câmara dos Deputados. O relator da matéria, deputado Carlito Merss (PT-SC), propôs a rejeição integral da medida, mas o PSDB apresentou requerimento para votação da matéria por artigos. O objetivo, conforme alegou, era assegurar a correção da tabela do Imposto de Renda.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

CONTRADIÇÃO Carga tributária cresce, afirma Lúcia Vânia, mas governo desmonta ações sociais

consultoria (321%), locação de mão-de-obra (99%) e material de consumo (62%).

A senadora relatou ainda que o ano de 2004 fechou com 19.086 cargos comissionados no governo, representando um crescimento, em relação a 2003, de 1.477 novas funções (8%). Com respeito às contratações temporárias, Lúcia Vânia destacou que, ao final do mesmo ano, havia 20.323 contratados, número elevado a 23.594 em 2004 (aumento de 16%).

– As melhores análises econômicas nos ensinam que os gastos do governo podem até aumentar, mas nunca num índice superior ao crescimento do PIB. Como sabemos, o crescimento estimado do PIB no ano passado foi de cerca de 5%, enquanto as despesas primárias do governo cresceram 8,9% – afirmou.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou com a análise da senadora, dizendo que o governo “gasta mais e mal”, e o que menos fez foi investimento público.

Os governistas, que desejam propor a correção da tabela por projeto de lei, não concordaram e decidiram obstruir a sessão. Às 23h20, sem quórum, a Câmara decidiu encerrar a sessão e marcar uma outra para hoje, às 14h, a fim de reiniciar a votação.

Após severa oposição de deputados e entidades empresariais, o governo optou por instruir sua base pela rejeição da matéria em Plenário, uma decisão já tomada na reunião do colégio de líderes, mas ainda não confirmada pelo Plenário.

Comissão apura ligações do FMI com obras públicas

■ Cartas trocadas entre Executivo e Fundo Monetário poderiam ter definido obras rodoviárias

Presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem dois requerimentos que pedem aos ministros da Fazenda e do Planejamento cópias de correspondências trocadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no fim do ano passado, que definiram as obras rodoviárias a serem executadas com dinheiro tirado do superávit primário. Durante a votação do Orçamento, em dezembro passado, opositoristas denunciaram que havia até uma lista das obras em inglês. A lista ficou conhecida entre os parlamentares como “emendas FMI”.

Os requerimentos foram apresentados pelo deputado Ricardo Barros (PP-PR), do

mesmo partido do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Durante a discussão do assunto, os governistas tentaram convencer os parlamentares de que, após o governo decidir não mais renovar o acordo com o FMI, os requerimentos teriam perdido seu sentido.

– FMI é uma página virada. Além do mais, quem aprovou a lista das obras foi o próprio Congresso – argumentou o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Em outra votação, o governo conseguiu negociar e evitar a convocação do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que desse explicações à comissão sobre a atuação do ex-assessor Waldomiro Diniz. O requerimento foi apresentado no ano passado também pelo deputado Ricardo Barros, e o então presidente da comissão, senador licenciado Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), decidiu não aceitá-lo, afirmando que se tratava de matéria “não

pertinente” à comissão.

Barros recorreu ao Plenário, ponderando que, mantido o precedente, a Comissão de Orçamento não poderia mais convocar ministros. No final, o recurso foi aprovado, mas um acordo levou o deputado a retirar seu requerimento de convocação de José Dirceu, o que evitou sua votação.

Mudanças

A comissão mista temporária que vai sugerir mudanças no processo de discussão e votação da lei do orçamento ganhou quase um mês para apresentar seu trabalho, em ato assinado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti. Agora, a data final será 28 de abril. Além disso, foi aumentado, de 18 para 22, o número de parlamentares da comissão.

O colegiado deveria ter realizado ontem a eleição do presidente e do relator dos trabalhos, mas as votações na Câmara impediram que houvesse quórum para a reunião.



ACORDO Fátima Cleide diz que divergências entre áreas social e econômica devem ser superadas

Fátima Cleide pede agilidade na criação do Fundeb

Ao fazer um balanço das ações do governo Lula na área de educação, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) pediu pressa no envio da proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ela disse que parlamentares dedicados à defesa da educação pública estão ansiosos para votar a matéria.

– É preciso superar as discordâncias entre a área social do governo e a área econômica, para que se aprove o Fundeb – afirmou.

Comissão Dorothy Stang deve votar relatório hoje

O relatório da comissão externa do Senado que acompanha as investigações do assassinato da missionária Dorothy Stang deve ser examinado hoje. A votação seria realizada ontem, mas foi adiada porque a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que preside a comissão, realizou uma reunião fechada para relatar o depoimento que ouviu de Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do crime.

A previsão é de que o relatório seja lido a partir das 9h de hoje e que a votação comece às 13h30.

A freira norte-americana foi assassinada a tiros em 12 de fevereiro, no município de Anapu (PA). Ela desenvolvia atividades em defesa do meio ambiente e dos trabalhadores rurais, entrando em desacordo com fazendeiros e madeireiras. Além de Bida, foram presos três homens acusados de participar do crime: Rayfran das Neves Sales (Fogoió), Clodoaldo Carlos Batista (Eduardo) e Amair Feijoli da Cunha (Tato).



PRESTÍGIO Suplicy lê artigo do jornalista Luís Nassif publicado na Folha de S. Paulo sobre ex-ministro

Suplicy faz homenagem a Dílson Funaro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem pronunciamento em homenagem ao ex-ministro da Fazenda Dílson Funaro, morto em 1989. Suplicy leu artigo do jornalista Luís Nassif, publicado na *Folha de S. Paulo* de domingo passado, a propósito dos 20 anos de instalação da Nova República.

Fundamentado na estratégia da mudança de moeda, o Plano Cruzado naufragaria em pouco tempo, mas enquanto manteve as esperanças a população deu a Funaro um prestígio popular não alcançado por nenhum governante da história recente, de acordo com o jornalista.



CONFIANÇA Segundo Ideli, o governo construiu bases sólidas que permitiram adotar a medida

Ideli comemora a não-renovação do acordo com o FMI

“Não renovar o acordo com o FMI é o melhor atestado da saúde econômica de nosso país”, opinou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ao aplaudir a decisão do governo de não assinar novo contrato com o Fundo Monetário Internacional. Ela disse que o gesto só foi possível porque o Brasil diminuiu significativamente sua vulnerabilidade externa e melhorou seus índices econômicos.

Para Ideli, a atual administração construiu bases sólidas para tomar a decisão que, na sua visão, irá melhorar a imagem do país no exterior.



ALTERNATIVA Capiberibe destaca que iniciativa beneficia 300 famílias rurais que migraram para Rondônia

Capiberibe elogia projeto agroflorestal

O projeto Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (Reca), que funciona em Rondônia há 16 anos, foi elogiado ontem pelo senador João Capiberibe (PSB-AP). A iniciativa, observou ele, garante qualidade de vida a 300 famílias rurais – a maioria paranaenses, catarinenses e mineiras – a partir da venda do que é produzido nos sistemas agroflorestais.

Em aparte, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu o projeto e disse que lá se encontra o melhor índice de desenvolvimento humano do estado de Rondônia.

Paim defende emprego para pessoas acima de 45 anos

■ Ele pede aprovação de projetos que protegem o cidadão considerado idoso pelo mercado de trabalho

O senador Paulo Paim (PT-RS) vai defender junto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a tramitação mais rápida dos projetos que dispõem sobre a ampliação de garantias de emprego a homens e mulheres com mais de 45 anos.

Em discurso no Plenário, ele lembrou que há vários anos vem lutando para que nova legislação seja adotada no país com o objetivo de proteger os trabalhadores considerados idosos, preteridos na hora em que disputam uma



RECONHECIMENTO "Trabalhador com essa idade quer ser valorizado pela experiência", afirma Paim

vaga no mercado com cidadãos mais jovens.

– Os trabalhadores com essa idade gostariam de ser valorizados pela sua experiência e conhecimento – afirmou.

Paim tem recebido corres-

pondência de pessoas que, em pleno vigor físico, não conseguem trabalho. Ele é autor de projeto em tramitação no Senado (PLS 465/03) que protege trabalhadores com mais de 45 anos e desempregados.

Paim defendeu ainda a aprovação rápida da PEC Paralela da Previdência, que sofreu alterações na Câmara e voltará ao Senado. Na sua avaliação, a proposta insere-se no contexto de defesa dos trabalhadores idosos quando admite a aposentadoria para a dona-de-casa, a isenção do pagamento de 11% do INSS aos idosos portadores de doenças incapacitantes e dispõe sobre a antecipação da aposentadoria a cidadãos que começaram a trabalhar ainda jovens.

Costa quer manter decisão sobre a PEC Paralela

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) alertou para a necessidade de se respeitar o que foi decidido na Câmara, na votação da PEC Paralela da Previdência, em relação à integração dos delegados de polícia às carreiras jurídicas do Estado. Os deputados aprovaram a equiparação do teto salarial de delegados e agentes tributários aos vencimentos dos desembargadores, que,



TETO Integração dos delegados de polícia às carreiras jurídicas deve ser assegurada, sustenta Hélio Costa

por sua vez, correspondem a 90,25% dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Hélio Costa frisou que a medida não se refere a aumento de salário. Ele acrescentou que

o que estava em discussão era o reconhecimento formal do cargo de delegado de polícia como carreira jurídica.

O senador tratou também da Medida Provisória 227/04, que dispõe sobre registro, no Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda do produto.

– É preciso que haja entendimento para atender aos pequenos agricultores, pois como a MP está sendo apresentada, vai beneficiar os grandes – ressaltou.

Delcidio: Brasil tem potencial para gerar créditos de carbono

O senador Delcidio Amaral (PT-MS) afirmou que o Brasil é o país com maior potencial de geração de créditos de carbono no mundo. Com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, acordo para reduzir a emissão de gás carbônico no planeta, os países que emitem quantidade do gás abaixo do limite estipulado podem vender seus créditos àqueles que tenham ultrapassado sua meta.

Delcidio comentou que o Brasil entrou oficialmente no mercado de créditos de carbono em junho de 2004, quando o governo anunciou os dois

primeiros projetos aprovados para participação no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os certificados emitidos por empresas brasileiras, auditados por consultores especializados, são comercializados mundialmente no valor de aproximadamente US\$ 5 por tonelada de gás carbônico.

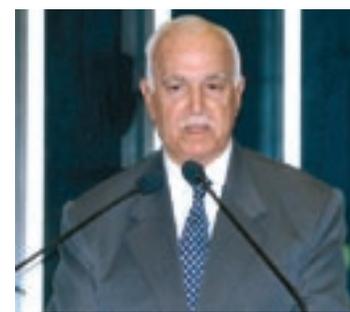
Ele também destacou as mais de 2 mil usinas que processam cerca de 90 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e mais de 67 milhões de toneladas de bagaço, como subproduto. O bagaço, utilizado sozinho como fonte de energia, ou em con-



OPORTUNIDADE País já comercializa certificados a US\$ 5 por tonelada de gás carbônico, ressaltou Delcidio

junto com o carvão ou outro combustível, pode se transformar em mais de 25 milhões de toneladas de carbono, gerando divisas para o país.

Delcidio aproveitou a oportunidade para desejar pronta recuperação ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS).



ERRO Antonio Carlos critica a decisão de usar as Forças Armadas para atendimento médico no Rio

Antonio Carlos pede a demissão de Humberto Costa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) voltou a pedir a demissão do ministro da Saúde, Humberto Costa. O parlamentar acusou o ministro de incompetência e responsabilizou o governo pelo surgimento de casos de mal de Chagas em Santa Catarina.

Também mereceu críticas de Antonio Carlos a decisão do governo de utilizar as Forças Armadas no atendimento médico no Rio de Janeiro.

– Os homens que, para o governo, não servem para dar segurança à população, daqui a pouco vão tomar conta de todos os hospitais federais, pois todos estão ruins – disse.

O senador qualificou de atabalhoada a reforma ministerial, que culminou com a nomeação de Paulo Bernardo para o Planejamento, e Romero Jucá para a Previdência.

Virgílio e Tuma saúdam a volta de Lando ao Senado

O retorno do ex-ministro da Previdência Social Amir Lando (PMDB-RO) ao Senado foi saudado ontem pelo senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM). Após destacar “o caráter, a boa fé pública e o comportamento exemplar” de Lando, o senador tucano afirmou sua convicção sobre o sucesso das idéias defendidas pelo ex-ministro para o combate a fraudes e a sonegação na Previdência.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) endossou as palavras de Arthur Virgílio, dando boas-vindas ao parlamentar em nome da Mesa do Senado.

Amir Lando agradeceu as manifestações de carinho e amizade dos senadores e assinalou sua disposição de continuar trabalhando com humildade em prol do interesse público.



CONSULTA Projetos de Mozarildo Cavalcanti propõem plebiscito junto às populações das áreas envolvidas

Mozarildo defende criação de dois estados

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a realização de plebiscito sobre a criação de novos estados e territórios no Brasil. O senador reclamou que a questão está sendo apresentada de forma equivocada pela imprensa.

Ele afirmou ter apresentado projetos de decretos legislativos, aprovados pelo Senado, propondo consulta aos habitantes de regiões interessadas na criação de dois novos estados: o Tapajós, no oeste do Pará, e o Araguaia, no norte de Mato Grosso. Outro projeto, emendado pelo relator, institui três territórios no Amazonas.



ACORDO Marcelo Crivella sugere ao governo federal que inicie negociações com a categoria

Crivella adverte sobre greve na marinha mercante

Marcelo Crivella (PL-RJ) alertou para o risco de uma greve na marinha mercante atingir toda a categoria, provocando uma catástrofe no comércio exterior brasileiro. Ele sugeriu que o governo eleja interlocutores da Petrobras e de sua subsidiária Transpetro, a fim de negociar acordo coletivo.

Crivella considera que a marinha mercante tem posição estratégica nos destinos do país, já que é responsável pelo escoamento da produção de petróleo, do abastecimento de diesel no Nordeste e de parte da energia da região Sul.

Teotonio aponta descaso do governo com a seca

"O que o governo Lula está fazendo com os sertanejos de Alagoas é debochar do desespero", diz ele

"O que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo com os sertanejos de Alagoas é debochar do desespero", protestou ontem o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), ao abordar a seca que assola seu estado e grande parte do Nordeste. Teotonio disse que o governo federal tem se mantido indiferente, enquanto os sertanejos estão desesperados com a falta de comida e água.

O parlamentar destacou que, há cerca de 20 dias, acompanhado do senador Renan Calheiros



AFLIÇÃO Segundo Teotonio, população de vários municípios enfrenta a falta de comida e água

(PMDB-AL) e da senadora He-loísa Helena (PSOL-AL), visitou os municípios alagoanos mais castigados – Olivença, Carneiros, Senador Rui Palmeira e São José da Tapera. Teotonio disse que encontrou uma região sem

reservas de água nem sequer para consumo humano.

Segundo o senador, muitos açudes destruídos pelas chuvas no ano passado não foram recuperados, enquanto outros secaram. As prefeituras, acrescentou, tentam socorrer a população contratando carros-pipa para levar água, sem qualquer ajuda do governo federal.

Em aparte, Renan Calheiros observou que a indiferença demonstrada pelo governo federal com relação à situação em Alagoas é "completamente indefensável". Ele afirmou que fará o possível para garantir a ajuda de que os sertanejos estão necessitando. Teotonio também foi apartado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN).

Suassuna apela em favor de produtores da Paraíba

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), pediu ontem, em discurso, aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Agricultura, Roberto Rodrigues, que encontrem uma solução para os agricultores da Paraíba que estão sofrendo em razão da recente estiagem.

Ele afirmou que os produtores do estado vêm acumulando as perdas com dívidas contraídas em secas anteriores. O senador se disse, entretanto, satisfeito com a chuva dos últimos dias, fazendo com que a

situação amenize pelo menos para os criadores de gado.

FMI

Suassuna manifestou ainda satisfação com a iniciativa brasileira de não renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E lembrou que sua geração gritava nas ruas: "Fora FMI".

– Hoje, o país teve a possibilidade de deixar o Fundo sem brigas.

O senador também manifestou regozijo com a decisão do governo de deixar a Medida



IMPENHO Ney Suassuna pede a ministros que encontrem solução para problema dos agricultores

Provisória 232/04 ser rejeitada na Câmara dos Deputados. A medida aumentava tributos de prestadores de serviço e a expectativa, ressaltou, era que não passaria no Senado.

Mesquita Júnior é contra unificar advocacia federal

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) criticou ontem o projeto idealizado pelo governo que visa à criação da chamada Super-Receita, incluindo a unificação de todas as carreiras da Advocacia Pública Federal.

– O aperfeiçoamento e o fortalecimento dessa função essencial do Estado não reclama medidas pirotécnicas ou megalomânicas – afirmou. Mesquita Júnior disse que



SOLUÇÃO Mudança deve passar pela construção de um sistema tributário justo, afirma Mesquita Júnior

o país exige mudanças no sistema, mas que elas devem passar pela valorização dos servidores, pelo atendimento respeitoso ao contribuinte e pela construção de um siste-

ma tributário justo.

Para o parlamentar, que é procurador da Fazenda Nacional, a unificação da Advocacia Pública Federal pode provocar a desarticulação de "um corpo profissional extremamente especializado", tido como um dos melhores do mundo.

Mesquita Júnior pediu que conste dos Anais manifesto do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), que promove hoje, em Brasília, ato contra a unificação.

Ele solicitou que o governo determine a abertura de uma agência do Banco do Brasil em Xapuri (AC).



AÇÃO Fernando Bezerra defende a retomada de licitação de obras no trecho da BR-101 no Nordeste

Bezerra pede duplicação de rodovia federal

Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu a retomada da licitação das obras de duplicação da BR-101 na região Nordeste. Ele disse que o processo foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por "discrepância" entre os valores da proposta e a documentação apresentada no projeto.

O senador avaliou que as negociações com o TCU estão caminhando bem, apontando para a solução do problema. Parlamentares do Nordeste têm participado de reuniões no tribunal e na Casa Civil, com o objetivo de sanar as dúvidas apresentadas pela corte.



EFICIÊNCIA Azeredo lembra que sistema é o único meio de transporte capaz de reduzir custo e desperdício

Azeredo cobra investimentos em ferrovias

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou mais investimentos federais nas ferrovias e o cumprimento da promessa do governo Lula de aplicar R\$ 6 bilhões na recuperação da malha ferroviária. A seu ver, esse é o único meio de transporte capaz de reduzir custos e desperdícios.

O senador afirmou que o país avançou com a concessão das ferrovias ao setor privado, no governo Fernando Henrique. Entretanto, a iniciativa não teria sido suficiente para superar a defasagem entre a demanda de carga e a oferta de transporte ferroviário.